



**XXII SNTPEE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

BR/GCR/20
13 a 16 de Outubro de 2013
Brasília - DF

GRUPO - VI

GRUPO DE ESTUDO DE COMERCIALIZAÇÃO, ECONOMIA E REGULAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - GCR

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE REVISÃO PARA GARANTIA FÍSICA ESTABELECIDNA NA PORTARIA MME Nº 463/2009 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

NASCIMENTO, J.G.A. (*)
Minas PCH S.A.

ABREU, T.M
Brasil PCH S.A. /
UNIFEI

COPANO, D.A.B.
Brasil PCH S.A.

SEIJO NETO, W.N.
Brasil PCH S.A.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise crítica dos efeitos da Portaria MME nº 463/2009 e apresentar uma proposta alternativa aos critérios de apuração constantes na referida Portaria, notadamente à análise de desempenho prevista para revisão dos valores de garantia física, utilizando, no caso prático de uma pequena central hidrelétrica (PCH) implantada e em plena operação comercial, o método de Monte Carlo, com vistas a demonstrar a ocorrência de casos com resultados de falsos positivos e negativos na aplicação da metodologia constante na referida portaria.

PALAVRAS-CHAVE

PCH, garantia física, regulação da geração, Portaria MME 463/2009

1.0 - INTRODUÇÃO

Com fulcro na consolidação das metodologias de cálculo de garantia física dos empreendimentos não despachados centralizadamente participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (MRE¹), o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 463, de 03 de dezembro de 2009, definindo, além dos critérios de cálculo da garantia física, os procedimentos e condicionantes para análise de desempenho destes empreendimentos.

De acordo com MME[1], 2009, a regra estabelece que para fins de revisão dos montantes de revisão da garantia física de energia dos empreendimentos não despachados centralizadamente e participantes do MRE, são considerados como fatos relevantes para revisão da garantia física os casos em que a geração média acumulada de energia, excluindo-se os 12 (doze) iniciais, atinja valores fora das faixas determinadas a partir dos primeiros 48 (quarenta e oito) meses operação comercial conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Fatos relevantes

Período de Operação comercial	Geração acumulada
48 meses	Inferior a 80% ou superior a 120%
A partir de 60 meses	Inferior a 90% ou superior a 110%

¹ Mecanismo financeiro que objetiva compartilhar os riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos dos sistemas interligados.

Como resultado, o foco principal dos empreendedores, antes dedicado principalmente às metas de conservação e disponibilidade das centrais, incorporou, com igual nível de importância, a busca pela otimização do desempenho, de forma que passados pouco mais de 03 (três) anos da edição da Portaria já é possível observar os primeiros resultados do regulamento.

Adicionalmente, a regra avançou no sentido de possibilitar ao poder concedente a identificação de problemas estruturais na definição da garantia física e/ou na construção do empreendimento em conformidade com o projeto básico aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), na medida em que avalia o empreendimento com base no histórico de desempenho, a partir dos dados do Sistema de Medição para Faturamento (SMF), regularmente acompanhado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Ocorre, entretanto, que a metodologia de revisão da garantia física traz consigo um elevado risco de, injustamente, penalizar ou favorecer o agente única e exclusivamente em decorrência de um período sustentado de baixa ou alta afluência nos primeiros anos de geração, o que, por evidente, não poderia ser imputável ao agente, posto que ato da natureza, alheio à sua capacidade de evitar e/ou impedir.

Segundo Kelman[2], 2010, o fato de ser possível que a geração média da usina fique fora do intervalo definido, não por efeito de comportamento criticável do empreendedor, mas sim por mera variação amostral (afluência média no período de apuração ser inferior à do registro histórico utilizado para fins de cálculo de garantia física), pode caracterizar como um caso de resultado falso positivo.

Isto não obstante, para os casos cuja baixa performance decorra de fatos em que a gestão possa ser atribuída ao empreendedor, a metodologia em vigor pode ser aprimorada oferecendo estímulos e/ou alternativas plausíveis para que o empreendedor possa realizar investimentos em melhorias e/ou corrigir eventuais falhas de operação e manutenção, de modo a obter a performance esperada do empreendimento pela sociedade e, conseqüentemente, recuperar a sua garantia física original.

Por oportuno, considerando que tanto a Portaria 463/2009 quanto a Resolução ANEEL 409/2010 tratam do mesmo tema (apuração de *performance* das centrais não despachadas centralizadamente), com metas, níveis de penalidades e tempos distintos, bem como o posicionamento tanto da ANEEL quanto do MME nas discussões realizadas até o presente momento, entende-se ainda ser necessária a harmonização de ambos os regulamentos que devem sempre ser tratados de forma integrada pelo regulador e agentes abrangidos pelos regulamentos.

Dessa forma, busca-se propor alterações na metodologia de apuração da Portaria MME 463/2009, sob a premissa básica de que a metodologia será tão melhor quanto menores forem as quantidades de revisões de garantia física em decorrência, única e exclusivamente, das vazões afluentes às centrais hidrelétricas, dado que ato da natureza impossível de se evitar ou impedir, tipificado no artigo 393 do Código Civil Brasileiro como Caso Fortuito ou Força Maior.

2.0 - A AVALIAÇÃO DA OPERAÇÃO ENERGÉTICA EM VARIADOS CENÁRIOS

2.1 O Método de Monte Carlo

Quando se estuda problemas que envolvem variáveis que são funções, transformações ou, ainda, composição de outras variáveis, uma das alternativas de solução é a realização de experimentos repetidos para obtenção da função de distribuição da variável derivada a partir das funções de distribuição das variáveis independentes, ou formadoras, supostamente conhecidas.

Em muitos casos, os modelos de simulação são utilizados para analisar uma decisão envolvendo risco, ou seja, um modelo no qual o comportamento de um ou mais fatores não é conhecido com certeza. Neste caso, estes fatores são conhecidos como variável aleatória, e o seu comportamento é descrito por uma distribuição de probabilidade (MOORE; WEATHERFORD, *apud* LEMENHE, 2006[3]).

Segundo CORRAR[4], 1993, o método de Monte Carlo originou-se do trabalho dos matemáticos John Von Neumann e Stanislaw Ulam desenvolvido em 1940, e consistia numa técnica que foi utilizada para solucionar problemas de blindagem em reatores nucleares.

De acordo com LUSTOSA; PONTE; DOMINAS[5], 2004, *apud* CORRAR, 2004, o Método de Monte Carlo é um modelo de simulação que utiliza a geração de números aleatórios para atribuir valores às variáveis que se deseja investigar. Os números podem ser obtidos através de algum processo aleatório (tabelas, roletas, etc.) ou diretamente do computador, através de funções específicas.

O Método de Monte Carlo trata da determinação, por meio de simulações, da função de distribuição de probabilidade de uma variável aleatória composta, ou derivada, que pode ser obtida a partir de um conjunto de outras variáveis aleatórias cujas funções de probabilidade são conhecidas.

Desta forma, sendo “Z” uma variável aleatória que é igual a uma transformação de duas outras variáveis aleatórias independentes “X” e “Y”, cujas distribuições de probabilidade são conhecidas, $F_X(x)$ e $F_Y(y)$, a função de transformação de “X” e “Y” em “Z” é também conhecida, de modo que conhecido um par de valores (“ x_i ”, “ y_i ”), pode-se determinar o valor “ z_i ” correspondente.

Assim, pode-se obter, empiricamente, a função de probabilidade de “Z” sorteando, inúmeras vezes, pares de valores {(x_i , y_i), $i=1\dots n$ } e calculando-se, para cada sorteio, o correspondente valor “ z_i ”, de modo que à medida em que o número de sorteios n cresce, o conjunto “ z_i ”, $i=1\dots n$, cresce e permite a elaboração de uma função de distribuição de probabilidade empírica de “Z”, cada vez mais próxima da função real.

Aplicando tal método ao caso em estudo, observa-se que a produção energética da usina em anos consecutivos depende das características técnicas conhecidas do aproveitamento e das vazões afluentes, cujas características são complexas.

Entretanto, se for simulada a produção energética da usina durante todo o período de registro de vazões disponível, obtém-se uma série de “N” valores da variável aleatória “X”, configurando a mesma como “Produção Energética Anual da usina”.

Admitindo que a variável “X” é independente, uma vez que a produção energética da usina em um determinado ano não depende de sua produção em anos anteriores, pode-se, através do método de Monte Carlo, sortear aleatoriamente inúmeras sequências de anos e assim obter a distribuição de probabilidade empírica da produção da usina nestes períodos.

Neste caso específico, caso a função de distribuição de probabilidade da variável aleatória conhecida “X” possa ser expressa através de uma expressão matemática tratável, pode-se até mesmo obter teoricamente a distribuição da produção do empreendimento de geração em “N” anos consecutivos.

Assim, uma vez definido o método já consagrado, passou-se a avaliar a aderência da metodologia proposta na Portaria nº 463/2009 à um caso prático, de empreendimento construído a partir de seu projeto básico aprovado pela ANEEL e, consequentemente, balizador do cálculo da garantia física.

2.2 A Aplicação no Caso Prático

O procedimento utilizado foi adotar uma PCH existente de 15,051 MWmédio e simular a produção da usina em 1000 cenários aleatórios de 30 anos, gerados a partir do método de Monte Carlo, obtendo as estatísticas médias, desvio padrão e assimetria da série de produções anuais nos valores abaixo:

- Garantia Física (Média): 15,051 MWmédio
- Desvio Padrão: 3,407275632 MWmédio (CV = 226)
- Assimetria: 0,043626975

Assumindo-se que a produção anual da usina, que é a soma de sua produção ao longo de todo o ano, tenha uma distribuição normal, basta conhecer sua média e desvio padrão para caracterizar completamente sua função de probabilidade. A assimetria amostral obtida das séries sintéticas, próxima de zero, confirma a hipótese de distribuição normal.

De todo modo, para evitar incertezas em virtude de índices de indisponibilidade ou rendimento, admitiu-se que toda a energia gerada simulada seria aproveitada, de forma que a garantia física da usina seria a própria energia média gerada no período histórico.

Destarte, a única variável aleatória simulada é a vazão afluente ao empreendimento, na medida em que todas as demais variáveis estão preservadas conforme projeto básico aprovado pela ANEEL simulando, portanto, o cenário teórico ideal de desempenho do empreendimento.

Os cenários obtidos pelo método de Monte Carlo mostram que em 98,1% (noventa e oito vírgula um por cento) dos casos a energia acumulada efetivamente gerada ao final dos 30 anos esteve entre 90% e 110% da energia assegurada inicial, enquanto que 1,3% dos casos estiveram abaixo da meta, e 0,6% dos casos estiveram acima.

Como resultado, conclui-se que para a série em questão em 98,1% (noventa e oito vírgula um por cento) dos casos não deveriam existir rebaixamento ou promoção da garantia física, dado que ao final do período de concessão atendeu aos parâmetros estatísticos considerados adequados pelo próprio MME, o que na prática, espera-se

ocorra de forma diversa em 58,3% (cinquenta e oito vírgula três por cento) dos casos conforme resultados apresentados a seguir.

2.3 A Análise Estatística do Resultado

Para a geração das séries sintéticas, por observa-se baixa assimetria, considerou-se uma distribuição normal com média e desvio padrão coincidente com a estatística amostral do período histórico, censurando-se esta distribuição á direita em função da potência instalada da usina.

Aplicando o método de revisão vigente, foi possível obter os resultados apresentados na Tabela 2 a seguir.

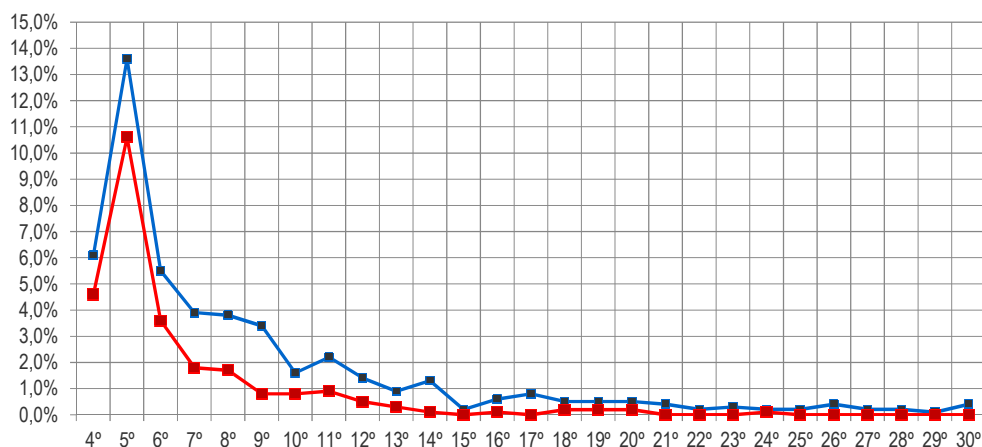
Tabela 2 – Casos de rebaixamento/promoção

Resultados Estatísticos	Portaria MME nº 463/2009
Casos de rebaixamento da garantia física na primeira apuração	61
Casos que sofreram uma segunda redução no quinto ano	45
Casos em que houve perda da garantia física inicial no 4º ou 5º ano	197
Casos que ficaram com uma garantia física menor que o valor base ao final dos 30 anos	267
Casos que ficaram com uma garantia física igual ao valor base ao final dos 30 anos	417
No final dos 30 anos, quantos casos ficaram com uma garantia física maior do que o valor base?	316
Casos em que a energia assegurada média foi inferior à energia assegurada inicial ao final dos 30 anos (Rebaixamento)	285
Casos em que a energia assegurada média foi superior à energia assegurada inicial ao final dos 30 anos (Promoção)	298
Casos que ao final do período de 30 anos a usina foi injustamente rebaixada (Forneceu mais energia do que comercializou)	207
Casos que ao final do período de 30 anos a usina foi indevidamente promovida (Forneceu menos energia do que comercializou)	275

No final dos 30 anos de simulação, com as 1000 séries de vazões, os resultados mostraram que 26,7% dos casos ficaram com uma garantia física menor que o valor base; 41,70% dos casos ficaram com uma garantia física igual ao valor base e 31,60% dos casos ficaram com uma garantia física maior que o valor base.

Outrossim, em cerca de 6% das simulações, a usina teve redução de garantia física na primeira aferição, e em aproximadamente 74% desses casos, foram seguidos por uma segunda redução, no quinto ano, cumprindo destacar que em cerca de 20% dos casos simulados houve uma ou duas reduções de garantia física até o 5º ano de operação da usina.

A seguir, gráfico o comparativo para cada um dos anos simulados segregando do universo de casos estudados (Curva azul) aqueles em que ao final do período de 30 anos tiveram a sua garantia física inferior à original.



Curva Azul – Todos os casos

Curva Vermelha – No final dos 30 anos casos que tiveram a GF menor que a base

Figura 1. Frequência dos casos que tiveram redução de GF

A análise desta curva nos mostra que a diferença de frequência entre as curvas é mais acentuada do 5º ao 10º ano de simulação, permanecendo muito próximas a partir daí, ou seja, existe uma discrepância mais acentuada neste período de simulação ficando mais atenuado nos dois terços finais da simulação nestes 30 anos.

Não obstante, a ocorrência de evento extremo consecutivamente após a entrada em operação comercial do empreendimento, poderá imputar penalidade injusta ao empreendedor se ao final do período de autorização a usina entregar ao sistema elétrico o montante de sua garantia física calculada e publicada pelo poder concedente, caracterizando, de fato, um caso de falso positivo.

Fundado neste exame, a proposta de revisão da metodologia abaixo buscou adaptar a metodologia vigente aperfeiçoando as metas, níveis de penalidades e tempos de sua aplicação.

3.0 - PROPOSTA DE REVISÃO DA METODOLOGIA

Conforme demonstrado, pode-se concluir que as metodologias de apuração serão tão melhores quanto menor forem os casos de rebaixamento ou promoção das garantias físicas decorrentes exclusivamente das vazões afluentes, posto que ao final do período de concessão simulado (30 anos) o desempenho esperado é atingido conforme as metas já estabelecidas pelo MME - energia efetivamente entregue entre 90% e 110% da garantia física inicial.

Fundado neste exame, segue apresentada uma proposta de revisão da metodologia, onde busca-se adaptar a metodologia vigente aperfeiçoando as metas, níveis de penalidades e tempos de sua aplicação.

3.1 Revisão da Curva de Apuração

Uma vez definidas as premissas da metodologia e demonstrada a ocorrência de elevados casos de falsos positivos e negativos, a metodologia proposta reside em adotar a semelhança de tratativa aplicada pela ANEEL mantendo uma meta de desempenho superior em 5% àquelas fixadas conforme Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Curva de apuração proposta

Operação Comercial	RN ANEEL nº 409/2010	Proposta de Metodologia da Revisão da GF	
	Exclusão do MRE	Redução de GF	Aumento de GF
3º ano	≤ 10%	≤ 45%	≥ 155%
4º ano	≤ 55%	≤ 60%	≥ 140%
5º ano	≤ 60%	≤ 65%	≥ 135%
6º ano	≤ 65%	≤ 70%	≥ 130%
7º ano	≤ 70%	≤ 75%	≥ 125%
8º ano	≤ 75%	≤ 80%	≥ 120%

9º ano	≤ 80%	≤ 85%	≥ 115%
10º ano	≤ 80%	≤ 85%	≥ 115%
>11º ano	≤ 85%	≤ 90%	≥ 110%

Os comparativos de resultados estatísticos estão apresentados no item 3.2 a seguir.

3.2 Proposta de mecanismo de recuperação da garantia Física

Assim, reduzido o risco de se penalizar ou promover a garantia física de um agente injustamente, propõe-se ainda a inserção no regulamento de mecanismo de recuperação de garantia física sempre que a geração de energia acumulada a partir do rebaixamento da garantia física atinja o percentual de 105% da garantia física em vigor desde que seja verificada ao menos uma das condicionantes a seguir:

- (i) Com a recuperação da garantia física, os limites da tabela principal sejam atendidos.
- (ii) Comprovadamente o empreendedor tenha implementado melhorias e/ou modernizações no empreendimento.

Em suma, esta proposta oferece estímulos e alternativas plausíveis para que o empreendedor possa recuperar a sua garantia física ao realizar investimentos em melhorias, modernizações ou corrigir eventuais falhas de operação, de modo a obter o desempenho esperado do empreendimento.

3.3 Comparativo estatístico do caso prático com a metodologia atual e proposta

Considerando o que foi exposto até o presente momento, a simulação foi realizada para a metodologia proposta, obtendo-se um universo estatístico com os seguintes resultados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados comparativos

Resultados Estatísticos	Portaria MME nº 463/2009	Proposta de Revisão de GF
Casos de rebaixamento da garantia física na primeira apuração	61	4
Casos que sofreram uma segunda redução no quinto ano	45	0
Casos em que houve perda da garantia física inicial no 4º ou 5º ano	197	6
Casos que ficaram com uma garantia física menor que o valor base ao final dos 30 anos	267	123
Casos que ficaram com uma garantia física igual ao valor base ao final dos 30 anos	417	755
No final dos 30 anos, quantos casos ficaram com uma garantia física maior do que o valor base?	316	122
Casos em que a energia assegurada média foi inferior à energia assegurada inicial ao final dos 30 anos (Rebaixamento)	285	124
Casos em que a energia assegurada média foi superior à energia assegurada inicial ao final dos 30 anos (Promoção)	298	121
Casos que ao final do período de 30 anos a usina foi injustamente rebaixada (Forneceu mais energia do que comercializou)	207	47
Casos que ao final do período de 30 anos a usina foi indevidamente promovida (Forneceu menos energia do que comercializou)	275	100

A seguir, na Figura 2 será apresentado um gráfico nos moldes daquele já mostrado na Figura 2, porém com a metodologia proposta, contemplando comparativo para cada um dos anos simulados segregando do universo de casos estudados (curva azul) aqueles em que ao final do período de 30 anos tiveram a sua garantia física inferior à

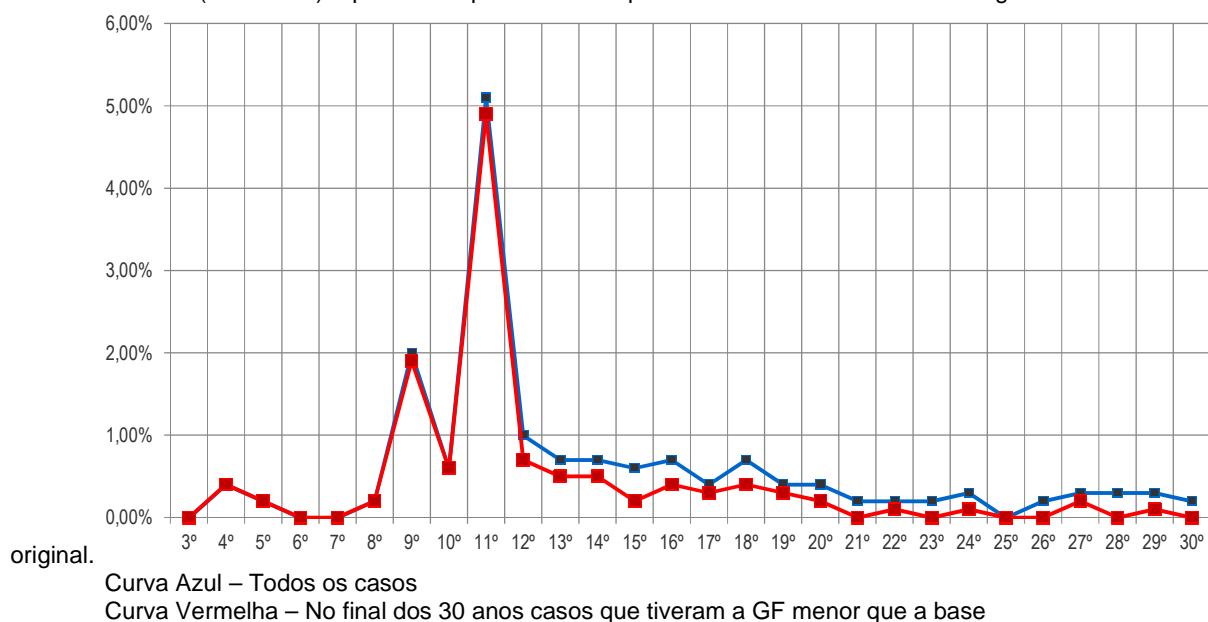


Figura 2. Frequência dos casos que tiveram redução de GF nesta proposta metodológica

Analisando os resultados obtidos pela simulação com a metodologia proposta, os resultados apresentados demonstram-se mais coerentes, principalmente nos anos iniciais de operação da usina com eventual possibilidade de ocorrência de períodos muito secos ou úmidos.

Comparando os resultados das duas metodologias apresentadas, temos no final dos 30 anos de simulação percentuais diferentes de casos com garantia física diferente da original, os seguintes casos estudados e apresentados na Tabela 5:

Tabela 5. Resultados comparativos entre metodologias

Garantia Física	Portaria MME nº 463/2009	Metodologia Proposta
GF menor que a inicial	26,70%	12,30%
GF igual ao inicial	41,70%	75,50%
GF maior que a inicial	31,60%	12,20%

A Figura 3 à seguir apresenta, de maneira acumulada, os resultados das duas metodologias indicando a frequência daqueles que tiveram redução de garantia física.

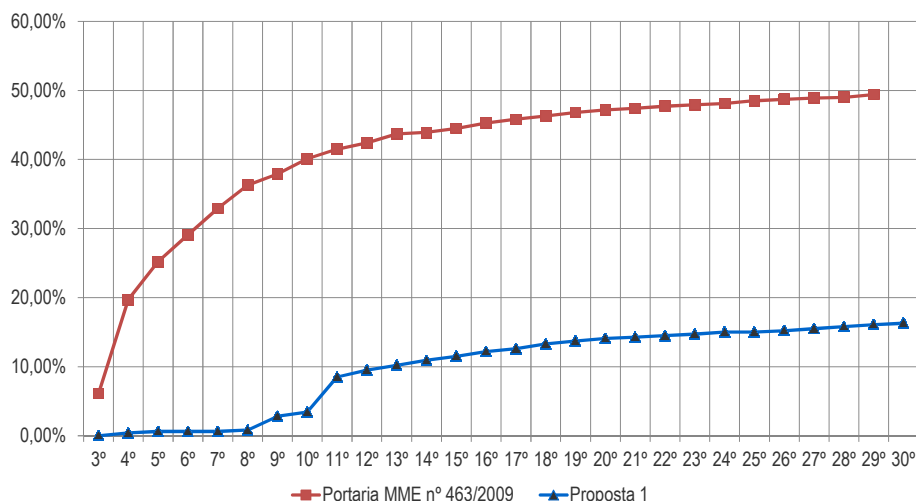


Figura 3. Frequência de Casos que tiveram redução de GF

A análise deste gráfico comprova o que anteriormente foi adotado como premissa, de maneira que a metodologia proposta aponta para uma estabilidade no valor da garantia física ao final do período de concessão, estando coerente com a geração efetiva esperada.

4.0 - CONCLUSÕES

No presente trabalho é possível concluir que a Portaria MME 463/2009 apresentou avanço significativo no sentido de possibilitar a identificação de problemas estruturais utilizados na definição da garantia física e/ou na construção do empreendimento em conformidade com o projeto básico aprovado pela ANEEL, na medida em que avalia o empreendimento com base no seu desempenho de geração.

Neste sentido, a metodologia proposta buscou aperfeiçoar o procedimento vigente de forma a minimizar os riscos de se penalizar ou promover injustamente os agentes que ao final do período de sua autorização/concessão tenham apresentado o desempenho esperado dentro dos limites já estabelecidos pelo MME, evitando-se assim, casos de falsos positivos e falsos negativos.

Adicionalmente, ao se propor esta alternativa para um novo critério de apuração, alternativo a Portaria MME nº 463/2009, buscou-se:

- I. harmonização das metodologias definidas pela referida Portaria e pela Resolução Normativa ANEEL nº 409/2010;
- II. preservar a transparência na apuração com base nos dados do sistema de medição e faturamento;
- III. preservar a simplicidade do processo de apuração com base nos dados do SMF;
- IV. criar uma lógica de recuperação da garantia física que estimule o empreendedor a promoção de melhorias e/ou modernizações.

Desta forma, espera-se ter contribuído na discussão tema que é de fundamental importância, uma vez que lembrando-se dos princípios basilares de criação da energia assegurada – muito discutido no RE-SEB – onde a conclusão era que deveria ser criado um mecanismo de estabilização do fluxo de caixa dos empreendimentos hidrelétricos. Acredita-se que uma regra onde existam menos oportunidades de ganhos ou de perdas, efetivamente garante maior justiça.

5.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] Ministério de Minas e Energia; Portaria nº 463/2009, de 03 de dezembro de 2009, Brasil

[2] KELMAN, J.; *Cauchy e a garantia física das hidrelétricas*, in Revista Brasileira de Energia, Edição 352, abril 2010, Brasil

[3] MOORE, J.H.; WEATHERFORD, L.R; *Tomada de Decisão em Administração com Planilhas Eletrônicas*.

Porto Alegre: Bookman, 2005 *apud* LEMENHE et.al; *O Método de Simulação de Monte Carlo para precificação de planos de saúde: uma abordagem didática*; XXVI ENEGEP, Fortaleza, 2006.

[4] CORRAR, L.J.; *O Modelo Econômico da Empresa em Condições de Incerteza: Aplicação do Método de Simulação de Monte Carlo*; in Caderno de Estudos nº 08; São Paulo, FIECAFI ; 1993

[5] LUSTOSA, P.R.B.; PONTE, V.M.R. & DOMINAS, W.R. *Simulação* In: CORRAR, L.J.;THEOFILO, C.R. & BERGMANN, D.R. *Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração: Contabilometria*. São Paulo: Atlas, 2004.

7.0 DADOS BIOGRÁFICOS

(1)JOSÉ GUILHERME ANTLOGA DO NASCIMENTO é engenheiro eletricista e obteve o título de Mestre em Ciência em Engenharia da Energia pela Universidade Federal de Itajubá no ano de 1999. Tem um MBA pela Fundação Dom Cabral em 1999, em instrumentos financeiros para mitigação de risco. Atualmente é Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócio da Minas PCH S.A..

(2)THIAGO MODESTO DE ABREU é engenheiro hídrico, pós graduado em Regulação e Negócios no Setor de Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas e cursando mestrado em Engenharia da Energia pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente é Gerente de Regulação na Brasil PCH S.A

(3) DIEGO ALFONSO BITTNER COPANO é engenheiro eletricista pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Especialista de Regulação na Brasil PCH S.A

(4) WALTER NUNES SEIJO NETO é engenheiro civil pela Universidade Católica de Salvador, pós graduado em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é Diretor de Operações da Brasil PCH S.A, respondendo pelas áreas de Operação e Manutenção, Meio Ambiente e Assuntos Regulatórios da Companhia.